

O falo nas guerras do imperialismo e outras questões de política e vocabulário

Seraphim Pietroforte

Embora questões políticas também sejam tópicos das teorias da significação e do discurso, algumas vezes elas se destacam no vocabulário, revelando-se explicitamente linguísticas; dessa perspectiva, portanto, selecionam-se quatro ocorrências para ilustrar, brevemente, pontos de linguagem e ideologia.

o “falo” nas políticas de guerra

Ao acessar o Youtube para buscar informações sobre o senhor Zelensky, um dos primeiros links a surgir na tela é o de um humorista, bastante infeliz, tentando tocar piano com o pênis... isso se aproxima, sem dúvida, dos flatos dos palhaços, tão apreciados pela senhora Regina Duarte, ex-secretária de Cultura do golpista Jair Bolsonaro. Quanto ao presidente Putin, abundam análises em que sua virilidade se torna tema e até explicação para a Guerra da Ucrânia ser travada, nessas circunstâncias, entre patriarcas machistas.

Em explicações assim, cabe indagar: (1) teria o Imperador Hirohito perdido a II Guerra Mundial porque seu pênis era menor que o do General MacArthur?; (2) o chefe da SA, o Capitão Ernest Röhm, levou uma “comida de rabo” na Noite das Facas Longas?; (3) para não permanecer apenas no universo do falo, Margaret Thatcher, por acaso, deu uma “chave de boceta” no neoliberalismo? Desculpem-me se o nível desceu nas indagações anteriores, contudo, se a perspectiva da análise política se torna questão de sexo, tomando-se o falo, equivocadamente, enquanto símbolo de poder, restam tais soluções.

Isso posto, se ao presidente Putin se associa a virilidade, seriam a Golda Meir ou a Dilma Rousseff, mulheres notórias em posições de comando, vinculadas certa “vulvidade”? A palavra exata, contrária a virilidade, é feminilidade, ambas derivadas, respectivamente, do latim *vir* e *femina*; com a palavra feminilidade, contudo, uma vez correlacionada a outros significados relativos às mulheres, às vezes deletérios, corre-se o risco de não conotar, no caso, o contrário de viril. Nesse contexto, entre pênis, vaginas e palavras, seria a política uma questão semântico-erótica?

Talvez, em tempos de guerra, toda essa confusão derive da associação de mísseis e armas a símbolos fálicos; tal analogia, porém, parece tão esdrúxula quanto: (1) comparar os mesmos mísseis a seios pontudos; (2) equiparar metralhadoras a orgasmos; (3) aproximar trincheiras de vaginas. Já dizia o próprio Freud, às vezes um charuto é apenas um charuto; nem nas batalhas fictícias dos robôs Transformers, Optimus Prime e Megatron possuem mísseis no lugar dos pênis – aliás, eles são robôs masculinos, porém, sem pênis –.

Ora, vale a pena, nessa altura da exposição, recuperar a sanidade e tratar as questões de guerra enquanto questões políticas, motivadas, em nossa época, pela luta de classes e, conseqüentemente, pelo imperialismo; não se trata da virilidade de milionários ou de ex-agentes da KGB contra os solos de piano-pênis de um pobre palhaço, mas das ações imperialistas da Otan no planeta Terra. Se comparações fálicas em política se sustentassem, cabe ainda indagar por que os senhores Joe Biden e Donald Trump, algo lassos, prometem promover bastante estrago, “fodendo” todo mundo.

Nessa semiótica, metáforas assim acarretam, contrariamente a quaisquer esclarecimentos, variadas confusões, porquanto baseadas em opiniões não menos confusas, endossadas, habitualmente, por conhecimentos acadêmicos no mínimo discutíveis. Logo, crer que um chefe de estado invadiria outras nações porque não passa de um macho exibindo o falo não parece concepção histórica merecedora de respeito; nem sequer linguisticamente ela se sustenta, pois utilizar partes corpo como metáfora para descrever posições de comando, seja na igreja seja no estado ou em batalhões, sempre se delegou à mente e não à genitália. Na literatura, especificamente nas *Metamorfoses*, de Ovídio, vale a pena conferir as respostas de Ulisses a Ajax ao disputarem o inventário das armas de Aquiles, pautadas, antes de tudo, por argumentações; no pós-modernismo fala-se em corpos sem órgãos e em máquinas desejantes; por fim, ainda prefiro as explicações de Vladimir Lenin sobre o imperialismo e quem manda no mundo, bem mais razoáveis.

as palavras “terrorismo” e “genocídio”

Entre tanta confusão, com quaisquer fascistas ventilando a palavra “terrorismo”, o que isso significa? Não a palavra “terrorismo” especificamente, mas seu uso na pauta dos fascistas, demais direitistas e, inclusive, em alguns discursos pequeno-burgueses, supostamente progressistas.

Nos dicionários – recorro ao Houaiss, o melhor e mais completo em língua portuguesa –, terrorismo significa: (1) modo de impor a vontade pelo uso sistemático do terror; (2) emprego sistemático da violência para fins políticos; (3) regime de violência instituído pelo governo; (4) por extensão, atitude de intolerância e de intimidação adotada pelos defensores de uma ideologia, sobretudo nos campos literário e artístico, em relação àqueles que não participam de suas convicções.

Em vista disso, indaga-se por que não seria terrorismo: (1) espancar covardemente manifestantes que protestam, donos de seus direitos, contra privatizações pautadas pelo neoliberalismo, levadas adiante por governadores de extrema direita; (2) agredir violentamente professores que exigem salários justos contra aumentos sistemáticos de 0%; (3) ameaçar, com policiais fortemente armados, estudantes militando pela contratação de professores nas escolas e universidades públicas; (4) combater minorias sexuais mediante princípios religiosos reacionários, baseados em mitologias altamente discutíveis.

A bem da verdade, com relativa independência dos dicionários, a palavra “terrorismo” ganha sentido pleno somente por meio do discurso; dessarte, na dialética abjeta do fascista, quaisquer oposições ideológicas se tornam “terrorismo”. Em linguística – e isso se demonstra facilmente – as palavras dependem dos temas colocados em discurso; assim, quando se responde violentamente aos crimes fascistas, chama-se “terrorista” quem se defende e, jamais, quem ataca, mesmo diante do assassinato de populações civis desarmadas, constituídas, preponderantemente, por idosos, crianças e adolescentes.

Desse ponto de vista, quem foi terrorista: os combatentes de Sierra Maestra e os guerrilheiros do Araguaia ou os imperialistas dos EUA e dos países europeus, célebres por barbaridades no decorrer da história? Para responder, compensa recorrer a uma figura de retórica chamada diáfora. A diáfora ocorre quando, numa polêmica, um dos debatedores replica valendo-se da mesma palavra, mas significando diversamente, concorde outras ideologias; dessa perspectiva, torna-se “terrorista” quem o interlocutor chamar “terrorista”. Consequentemente, o uso da palavra denuncia, antes, os valores e as intenções do enunciador que seu significado lexical propriamente dito; recorrer ao dicionário se revela apenas parte da análise do discurso, necessitando saber quem utiliza o vocabulário e com quais propósitos.

Nessa situação, enquanto fascistas nomeiam “terroristas” a seus inimigos – quer dizer, os socialistas e os comunistas –, muitos deles, em vez de denunciar tal retórica perversa, contestam nos mesmos termos, acusando-os de “terrorismo”; tal atitude, longe de configurar política inteligente, não passa de cabo de guerra em que ninguém se move.

Algo semelhante se passa com as palavras “genocida” e “genocídio”, as quais, no mesmo dicionário, apresentam as seguintes definições: (1) “genocida”: (1.1) relativo a genocídio; (1.2) que ou quem perpetra ou ordena um genocídio; (2) “genocídio”: (2.1) extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso; (2.2) destruição de populações ou povos; (2.3) aniquilamento de grupos humanos, que, sem chegar ao assassinio em massa, inclui outras formas de extermínio, como a prevenção de nascimento, o sequestro sistemático de crianças dentro de um determinado grupo étnico, a submissão a condições insuportáveis de vida.

Novamente, cabe indagar se configura genocídio: (1) bombardear populações civis desarmadas, assassinando mulher e crianças, com base em textos supostamente sagrados, mas bárbaros por natureza, com vistas a exterminar possíveis descendentes, evitando, assim, pretensas retaliações futuras; (2) durante epidemias letais, iludir a população com medicações ineficientes, tais quais chá de palha ou supositório de beterraba, provocando, com isso, a morte de milhões de pessoas; (3) abandonar cidadãos honestos e trabalhadores em favelas sem água encanada, saneamento básico, saúde e ensino, para, depois, lançar policiais assassinos, fortemente armados, para dizimar, novamente, mulheres e crianças; (4) estourar, covardemente, duas bombas atômicas sobre populações civis e indefesas; (5) linchar minorias sexuais em nome, novamente, de seitas macabras movidas por cleptocracias, quer dizer, lideradas por ladrões, capazes de ostentar, descaradamente, relógios de pulso de R\$400.000,00. Desavergonhadamente, nas argumentações fascistas, tais barbaridades recebem os nomes de: (1) defesa da liberdade; (2) medidas de segurança nacional; (3) teologia da prosperidade; (4) justa preservação da tradição, da família e da propriedade.

Com base naquelas definições, se um maluco como Charles Manson foi responsabilizado por ordenar o assassinato de 7 pessoas, o que dizer de estadistas feito Harry Truman, Benjamin Netanyahu ou Adolf Hitler, responsáveis pelo extermínio, respectivamente, de milhões de japoneses, palestinos, judeus e eslavos? E no Brasil, como nomear, em meio a políticos direitistas e supostos profissionais de medicina, quem recomendou medicamentos totalmente ineficientes, tais quais jejuar em nome de ilusões religiosas, acarretando a morte de, no mínimo, 700.000 pessoas?

o gênero neutro

Seria machismo utilizar a palavra “homem” para designar a espécie humana e o sexo masculino? A palavra “homem”, em português, possui, pelo menos, dois significados: (1) “homem” enquanto espécie, cujo sentido abrange homens e mulheres; (2) o sexo masculino da espécie humana, correspondendo, ao sexo feminino, as palavras “fêmea” ou “mulher”. Nesse vocabulário, a palavra “homem” assume dois significados, com um deles incluindo as mulheres quando a palavra “homem” significa “humanos”, enquanto a palavra “mulher” implica apenas um sentido. Assim, conclui-se, um tanto apressadamente, que, quando “homem” é sinônimo de humano, a designação geral da espécie se identifica com o patriarcado, logo, com valores machistas.

A palavra “homem”, entretanto, deriva da palavra latina *homo*, cujo significado se resume ao sentido geral da espécie humana, porquanto em latim a palavra *vir* significa homem, sinônimo de sexo masculino, e a palavra *femina* significa mulher. A palavra “mulher”, por sua vez, deriva do latim *muliere*, preservando o mesmo sentido em português. Ora, do ponto de vista etimológico, “homem” sinônimo de espécie humana não configuraria machismo, pois deriva de uma palavra complexa em sua origem, cujo sentido abrange homens e mulheres, não havendo, em latim, extensão de seu significado ao sexo masculino, ao qual corresponde uma palavra própria.

Pode-se contrapor, porém, que apenas linguistas conhecem etimologia, porquanto na mente dos falantes há gramáticas e vocabulários cujas memórias estariam apagadas, deixando vestígios de suas origens acessíveis apenas aos especialistas. Sim, isso de fato acontece, entretanto, as línguas não se reduzem a gramáticas e vocabulários, pois as palavras, na realidade, adquirem sentido – vale repetir –, somente se inseridas em discursos; as dimensões ideológicas, quer dizer, os significados sociais, sejam eles machistas ou não, raramente se marcam na morfologia das línguas. Caso contrário, valendo-se apenas das palavras *homo*, *femina* e *vir*, concluir-se-ia que, tanto no Império Romano quanto na Igreja Católica medieval, momentos históricos cuja língua dominante foi o latim, não houve sistemas patriarcais – portanto machistas –, o que parece absurdo.

Por fim, para que tais perturbações se resolvam em termos razoáveis, recomenda-se não considerar a língua apenas nos níveis lexical ou morfosintático e incluir, no debate, suas dimensões discursivas; não é investindo no vocabulário que se realizam intervenções sociais, tratando-se, isto sim, de modificar o discurso.

o que significa ser doutor no Brasil?

Vez ou outra, acompanhando polêmicas político-partidárias em redes sociais, encontram-se contestações baseadas em argumentos de autoridade, entre eles, há quem se valha do título de doutor. Ora, isso não parece alegação plausível... da própria competência não se fala, gabando-se infantilmente; quem se mostra competente numa discussão não enumera títulos, mas recorre à retórica. Dessarte, o debatedor, em suas posições, se faz entender, mas também deixa entender muita coisa, pois ele se expõe; quem se coloca afirmando “sou doutor” deixa entender, antes de tudo, sua vã filosofia. Mas afinal, o que significa ser “doutor” no Brasil?

De modo geral, “doutor” é um pronome de tratamento, semelhantemente a “senhor”, “vossa excelência”, “sua santidade” etc. Em linhas gerais, “doutor” se refere a qualquer pessoa com conhecimentos específicos de alguma matéria; quem leu as obras completas de Marx, Engels, Lenin e Trotsky, mesmo sem haver defendido teses, pode muito bem se chamar doutor. Dessa feita, doutor não se refere apenas a médicos, advogados, professores; há, inclusive, o costume de se nomear doutor a delegados e demais funcionários públicos em posições de comando.

Já na universidade, quem opta por fazer carreira acadêmica se depara com a progressão vertical, escalonada em títulos acadêmicos, parecidos com as patentes militares ou hierarquias eclesiásticas. Assim, se na igreja há diáconos, bispos, cardeais e o papa, e no exército há cabos, sargentos, capitães, tenentes, coronéis e generais, na academia há bacharéis, mestres e doutores. Na academia, quem faz a graduação se torna bacharel; quem decide se aprofundar nos estudos, inicia-se na pós-graduação escrevendo a dissertação de mestrado e, caso decida prosseguir, a tese de doutorado. Dessa forma: (1) o bacharel conhece uma área específica; (2) o mestre estudou um determinado tema e, sob a orientação de um doutor, escreveu dissertação sobre tais conhecimentos sem, no entanto, gerar conhecimentos novos; (3) o doutorando, ainda sob orientação de um doutor, propõe, aprofundando-se nos estudos, novos saberes, redigindo, assim, sua tese. Ao que tudo indica, doutores conhecem bastante sobre pouca coisa; na área de Letras, por exemplo, um doutor especialista em Gregório de Matos, embora saiba literatura de modo geral, não necessariamente se familiariza com a obra de Carlos Drummond de Andrade.

Dito isso, se um senhor, para ganhar vantagens em polêmicas e debates, exclama “sou doutor” para quaisquer temas, ele parece não entender muito bem o que significa ser “doutor”; isso sequer se parece com a tradicional “carteirada”, porquanto no diploma de

doutor, sua “carteirinha”, discrimina-se a especialidade, evitando, desse modo, os costumeiros “doutores em tudo”. Além do mais, gabar-se de ser “doutor” revela presunção e superestimação da carreira acadêmica, uma vez que tal ofício se inicia no grau de doutor. O doutorado não coincide com o final da carreira, como erroneamente se supõe; após o grau de doutor há, em algumas universidades, a livre-docência, e, por fim, o concurso de titular.

Aproximando novamente da carreira militar, o doutor se parece com o sargento. A ele se permite, por lei, orientar mestrandos e doutorandos, porém, para se firmar na carreira, recomenda-se apresentar tese sem orientador, quer dizer, ser livre-docente, firmando-se como orientador de si mesmo; por fim, com dedicação, o pesquisador se torna titular mediante concurso, quando se apresenta, para a comunidade acadêmica, o memorial circunstanciado. Diante disso, gabar-se do doutorado parece, no mínimo, pueril.

bibliografia

FIORIN, J. L. (1997). *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática

MAINGUENEAU, D. (2019). *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes.

São Paulo, 14 de julho de 2026